

CARTA DO GRANDE CONSELHO DA ATY GUASU GUARANI E KAIOWA SOBRE NOSSA POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO TAC\2007 E O COMPROMISSO DO ESTADO COM A DEMARCAÇÃO DE NOSSAS TERRAS

Senhor Procurador da República;

Senhor Presidente da Funai;

Nós, do Grande Conselho Guarani e Kaiowa, escrevemos esta carta para que os senhores saibam qual é nossa posição definitiva em relação a reconquista de nossos Tekoha e sobre o compromisso já assumido pelo Estado brasileiro com o reconhecimento e a demarcação de nossos territórios.

Em primeiro lugar, afirmamos aqui que o movimento pela reconquista de nossos Tekoha NÃO É NEGOCIÁVEL e nem poderá ser usado como condição para que o Estado cumpra com as obrigações que são constitucionais e já foram inclusive reconhecidas pela FUNAI no TAC de 2007. Nossa luta é uma luta de todos: Nhandery, Nhandecy, Anciões, Homens, Mulheres, crianças... O Estado deve ter pressa de parar o estermínio que pratica contra nosso povo através da negligência. Até lá continuaremos morrendo se for preciso, na luta pelos nossos Tekoha.

Já estamos cansados de reuniões com a FUNAI. Os termos do TAC estão bem claros e a FUNAI já sabe o que fazer. Desde que o TAC foi assinado já fizemos mais de 100 reuniões com inúmeros presidentes e nada andou. O que dizemos é que não abriremos mão do que já foi acordado e esperamos que a FUNAI cumpra o prometido.

Queremos lembrar que desde que o TAC foi assinado, e pelo motivo dele nunca ter sido cumprido, mais de dez lideranças foram assassinadas. Essas pessoas não estão mais aqui para ver suas terras serem demarcadas e nem poderão pisar, dançar, cantar e rezar sobre elas no futuro. Em memória delas citamos seus nomes: Xurite Lopes, Ortiz Lopes, Oswaldo Lopes, Rolindo Vera, Genivaldo Vera, Teodoro Ricarte, Nisio Gomes, Denilson Barbosa, Clodiodi Aquileu, Simião Vilhalva, Ambrosio Vilhalva.

Veja senhor presidente da FUNAI que entre elas estão Nísio e Ambrósio que assinaram o TAC em 2007 e que tiveram esperança de que o Estado garantiria seus direitos antes de serem assassinados. Portanto não estamos lutando por dinheiro, mas sim pelo direito a vida de nosso povo, nada mais.

A FUNAI tinha o prazo de até 2009 identificar e delimitar os territórios previstos no TAC. Não o fez e dezenas de acampamentos ainda esperam em situação desumana por providências do órgão.

A FUNAI tinha o prazo de até 2010 para repassar ao Ministro da Justiça os relatórios destas terras para que fossem publicadas. Também não o fez. Lagoa Rica espera que sejam respondidas as contestações desde 2012. Pyellito\Mbaraka'i (Iguatemipegua I) desde 2013. Ypo'i e Dourados-Amambai Pegua I também já estão atrasados pois foram publicadas no ano passado e sabemos que o prazo para que analise das contestações é de 03 meses após a publicação.

Se o senhor, presidente da FUNAI, olhar as notícias verá que esta demora causou e causa muita dor para as famílias destas áreas, inclusive situações de Tortura. Enquanto a FUNAI espera confortável os juizes entram

com ações para suspender a publicação de nossas áreas aplicando sobre elas a tese criminosa do Marco Temporal.

Mencionamos aqui que o TAC ainda não consegue sanar todos os problemas que nosso povo tem enfrentado e que muitas terras ficaram desobertas como é o caso de Apyka'i (que inclusive sofreu despejo) Laranjal, Cerro'i entre outros. Exigimos que estas Terras sejam contempladas e somadas ao acordo, sendo identificadas pela FUNAI para que as famílias de lá parem de sofrer na beira das rodovias e sem conseguir acesso a políticas básicas.

Ainda manifestamos nossa indignação e exigimos explicação com a suspensão do DouradosPegua. Desde que foi suspenso e a FUNAI abandonou os estudos muitas comunidades sofreram despejo e a situação destas Tekoha ficaram cada vez mais precárias. Exigimos que seja imediatamente retomado a identificação destes Tekoha.

Frente a tudo isso, o que a FUNAI espera ? O que mais quer negociar ? Quantas vidas mais de nossos líderes querem para cumprir com o que necessitam.

Nós como Conselheiros da Aty Guasu não podemos mais ter esta paciência e exigimos que o presidente da FUNAI seja processado por prevaricação pela não publicação dos relatórios de nossos Tekoha.

Queremos também a imediata remoção de OSMAR SERRAGLIO do cargo de Ministro da Justiça, pois quem se posta como relator do principal instrumento de desmonte de nossos direitos, a PEC 215 não pode conduzir um órgão tão importante para a garantia dos direitos originários. Independente de quem ocupar tal cargo, queremos também que o Ministro da Justiça seja igualmente processado por não Publicação de nossas portarias declaratórias.

Solicitamos ao Procurador Marco Antonio e a todo o MPF, que ajude nosso povo a ter seus direitos garantidos e que cobre nos termos do TAC e na justiça que o mesmo seja cumprido como escrevemos abaixo:

Queremos:

- Que o MPF use todos os seus esforços e possibilidades para cobrar toda a multa que a FUNAI deve a nosso povo desde 2007 e que este recurso seja revertido para a demarcação de nossos territórios, inclusive para contratar os antropólogos se for preciso.
- Que o MPF cobre multas pessoais dos responsáveis diretos pelo cumprimento destes termos, no caso o presidente da FUNAI e os chefes de setores, pois estamos sem esperança que apenas multando o órgão conseguiremos algum avanço de nossos direitos.
- Que a FUNAI recomesse imediatamente a identificação de todos os territórios previstos no TAC de 2007 e que finalize imediatamente as contestações das Tekoha já identificadas que continuam esperando sem terem sido repassadas para o Ministro da Justiça.
- Que DouradosPegua seja imediatamente reestabelecido pela FUNAI.
- Que as áreas que ficaram fora do TAC em 2007 sejam incluídas imediatamente e que sejam identificadas.
- Que o Ministro da Justiça e o presidente da FUNAI sejam processados pelos crimes de negligência contra nosso povo, em relação a não publicação das Portarias Declaratórias e dos Relatórios Circunstanciados respectivamente.

28 de março de 2017